

# **O TERCEIRO SETOR NA WEB, A INCLUSÃO SOCIAL PELA EDUCAÇÃO, AS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO E SOCIABILIDADE: O PROPAGADO E O FACTÍVEL**

**SOARES, Suely Galli** – PUC/Campinas

**GT:** Movimentos Sociais e Educação / n.03

**Agência Financiadora:** Não contou com financiamento

## **Introdução**

O propósito deste artigo é confirmar a necessidade de uma análise contextualizada da tecnologia informacional, como produto de relações sociais, implementadas na formação educacional do indivíduo, caracterizando inclusão e cidadania. Esta análise é parte do estudo realizado no Pós-Doutorado, vinculado aos Estudos de Movimentos Sociais e Cidadania da Faculdade de Educação da UNICAMP, Universidade Estadual de Campinas, SP, entre 2003 e 2004. A pesquisa buscou compreender as tendências em relação às mudanças das bases tecnológicas, científicas e seus impactos sobre a produção, a participação do indivíduo, gerando demandas sociais. Dentre estas destacamos a educação inclusiva e cidadã, através de práticas do Terceiro Setor no Brasil.

A existência de um paradigma educacional emergente (MORAES, 2001), que se desenvolve em novos ambientes intermediados pelas Tecnologias de Informação e Comunicação, aciona dispositivos que envolvem a auto-aprendizagem num canal livre para interações entre grupos temáticos, interesses e motivações localizadas, independente das restrições do sistema formal. GOHN (2000) destaca a Internet como rede de informações sem nenhuma regulação, dado que justifica nossa pesquisa sobre o propagado e o factível pelo Terceiro Setor na *web*.

Este quadro caracteriza o ciberespaço que visto sob a ótica da ciência da educação torna-se o lugar: *de construção coletiva de saberes,... Um debate social e filosófico sobre a interação entre tecnologias e sociedades (ALAVA, S. 2002:18)*, de confronto entre a educação escolar formal e uma educação não formal movida por motivações e necessidades, condizentes à situação social, econômica e cultural dos indivíduos.

Resta-nos investigar o quanto a educação ou as práticas em seu nome, desenvolvidas nos ambientes virtuais como forma de atingir as pessoas que se encontram excluídas dos processos de formação continuada, pelas mais diversas razões,

conseguem transformar a realidade, agregando aos sujeitos, novos saberes capazes de reverter essa questão social.

### **Antecedentes geradores e relevância do pesquisar**

A partir dos estudos articulados com a prática de pesquisa e docência, deparamos com elementos presentes no ensino e nas aprendizagens mediadas por recursos tecnológicos informacionais, interfaces com a educação não formal, praticada por Instituições do Terceiro Setor em nome da cidadania e que devem ser criticamente analisadas e historicamente contextualizadas.

Dentre as motivações para esta pesquisa, estão os estudos de movimentos sociais, educação e cidadania que nos últimos dez anos tem alimentado e valorizado a investigação e a produção de conhecimentos relacionados a análises dos conceitos de democracia, educação não formal e transformação social, focalizados neste trabalho sob a perspectiva da inclusão do indivíduo pelo acesso às tecnologias de informação e sua leitura crítica, rumo ao reconhecimento e emancipação política.

O desenvolvimento de habilidades técnicas, presentes na formação que prevalece o fazer sobre o pensar, dificulta a compreensão dos mecanismos de comunicação presentes no cotidiano das relações, complexificando e contribuindo, para que a população em desvantagem social, constitua o universo daqueles vistos como defasados para operar tecnologia, ampliando a condição do analfabeto funcional.

Para CHAVES (1998), na sociedade informatizada, o analfabeto não é aquele que não sabe ler e escrever, mas o que não sabe utilizar a tecnologia no seu dia a dia e em benefício de suas necessidades.

A cidadania digital que ocupa lugar na pauta de discussões sobre educação e integração social, pressupõe sujeitos capazes de fazer uso consciente e produtivo dos recursos tecnológicos disponíveis socialmente.

A experiência pedagógica e social da educação a distância, sob um novo paradigma emergente, coloca o educando em contato com tecnologias de interatividade e produção de conhecimento, num exercício de relacionar sua educação e aprendizagem, com o mundo do trabalho e das comunicações e suas operações informatizadas.

A relevância desta pesquisa se revela no estudo sobre o ideal de inclusão do Terceiro Setor, nas lutas por reconhecimento social da população excluída e no emprego

de tecnologias de informação e comunicação, no contexto em que a escolaridade é referência nas análises do Banco Mundial para o desenvolvimento e independência econômica da Nação.

Há que se considerar também que o Terceiro Setor ocupa lugar de relevância social, administra recursos de diversas fontes e traz uma abordagem nova para o levantamento e busca de soluções para a questão social contemporânea. Ao lado do Estado e do Mercado, representa o segmento que se ocupa dos movimentos sociais, suas lutas e ações potencializadoras de mudanças qualitativas.

As suspeitas sobre a fidelidade destas funções, de algumas Organizações, ferem a imagem do Terceiro Setor ao realçar falhas que obscurecem ações significativas e práticas engajadas no movimento transformador. Compreender os mecanismos de participação ativa na sociedade, através de estudos sistematizados, socializados e discutidos na Universidade e nos espaços reconhecidos, confirma a importância desta pesquisa.

### **Reconhecimento: O Arcabouço da Integração Social**

Em tempos de transição intensa, a exclusão de uns em detrimento da hegemonia e interesses de outros, caracteriza nova questão social, exigindo estudos investigativos em cada contexto histórico, político e econômico da sociedade moderna, para que se possa compreender os mecanismos de mudanças que se tornam matrizes das contradições que sinalizam exclusão.

Abrigamos nossa reflexão<sup>1</sup> no movimento iniciado por Horkheimer (1937) para o desenvolvimento da Teoria Crítica, que somou no seu percurso as idéias de Theodor W. Adorno (1958), Jurgen Habermas (década de 60), seus principais representantes, contextualizando suas formulações tornando-a uma vertente teórica do pensamento crítico cumprindo papel importante para análise da práxis educativa.

Dentre as idéias que buscamos para iluminar nossa pesquisa, estão as de Axel Honneth (2003), assistente de Jurgen Habermas no Instituto de Filosofia da Universidade de Frankfurt de 1984 a 1990 desenvolvendo estudos que se resumiram na obra *Luta por Reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais*, publicada em 1992, num

---

<sup>1</sup> A base teórica dessa reflexão é a obra de Axel Honneth, *Luta por Reconhecimento* de 2003 que retoma o movimento da Teoria Crítica, seus protagonistas e as contribuições que deixaram para a área de Ciências Sociais e nela a Ciência da Educação. Todos os autores citados neste parágrafo encontram-se na obra de Honneth, indicada nas Referências Bibliográficas.

curso que o colocou em 2002 na Direção do Instituto de Pesquisa Social integrando-se na tradição da Teoria Crítica, deu ao seu trabalho elementos que apontam para a evolução do pensamento dos que o antecederam.

O fio condutor de Honneth (2003) é o processo de construção social da identidade pessoal e coletiva na luta pelo reconhecimento. Enfoca o conflito como crítica entre sistema e a suposta lógica do acordo, entendimento e cooperação, e a realidade da vida.

Para compreender o percurso de Honneth é preciso retomar a obra de Habermas sobre a Dialética do Esclarecimento, onde revisa os conceitos da Teoria Crítica frente a realidade atual, considerando aspectos decisivos das relações sociais. Neste estudo, Habermas define a progressiva diferenciação da razão humana em dois elementos que são: a racionalidade instrumental e as comunicativas. Ambas emanam de duas formas da ação humana.

A racionalidade instrumental é direcionada ao êxito junto aos meios para atingir fins determinados previamente, ou seja, o trabalho, às ações dirigidas à dominação da natureza, à organização da sociedade para a produção da vida e à reprodução material da sociedade. Podemos dizer que a crença na educação escolar formal como passaporte para o indivíduo ingressar como cidadão na sociedade produtiva, se enquadra no racionalismo instrumental.

A racionalidade comunicativa é orientada para o entendimento e não para a manipulação de objetos, pessoas, permitindo a reprodução simbólica da sociedade. A educação libertadora difundida por FREIRE (1980), em seu pensamento pedagógico, político e social, pode-se dizer que assume o caráter da racionalidade comunicativa.

Ao distinguir sistema e mundo da vida, Habermas destaca a exigência de um conceito de racionalidade mais complexo que a torna instrumental, limitada, sem, no entanto, obscurecer as estruturas comunicativas presentes nas relações sociais. A sociedade apresenta-se em dois níveis: o da produção material obtida por mecanismos de coordenação das ações instrumentais pelo domínio do sistema e as reproduções simbólicas, obtidas pelos mecanismos comunicativos de coordenação da ação lógica que caracteriza o mundo da vida.

Assim, o que caracteriza a forma social da modernidade, é a orientação da ação para o entendimento dos processos de reprodução cultural, que permite ao indivíduo interpretar o mundo no interior das próprias instituições em que se encontra, aprende e constitui-se enquanto pessoa.

A realidade das relações sociais contemporâneas guarda então, segundo Habermas, a racionalidade comunicativa, paradigma que constrói no percurso cujo ponto de partida habita na noção de mimese de Adorno e Horkheimer, como pista para Honneth trilhar retomando outros passos como os do jovem Hegel, tentando vislumbrar uma nova perspectiva de caminhos até então ocultos e inexplorados.

### **Sistema e Mundo real**

Honneth buscou alargar o conceito de racionalidade e de ação social de Habermas, evidenciando o que ficou por enfrentar da vertente que coloca uma concepção de sociedade com dois pólos: sistema e mundo da vida, e nada a mediar entre elas, ou seja, as estruturas econômicas da sociedade, determinantes e imperativas, e a socialização do indivíduo deixando de considerar a ação social como mediadora, que o autor chama de “déficit sociológico” da Teoria Crítica.

O “déficit sociológico” se mostra exatamente na distinção entre sistema e mundo da vida, e suas ambigüidades e discrepâncias que movem as lutas e os conflitos sociais. Tais ambigüidades se revelam na contradição entre os domínios sociais de ações diversas. Além disso, mostra-se incapaz de admitir que o sistema e sua lógica instrumental é resultante dos conflitos sociais, que por sua vez, são capazes de moldá-lo a partir da correlação de forças políticas e sociais implícitas.

A realidade social do conflito passa a ocupar para a Honneth um segundo plano, privilegiando as estruturas comunicativas na luta por reconhecimento, elemento no qual se move e constitui a subjetividade e a identidade individual e coletiva abstraída da Teoria Crítica tornando-a desencarnada, defendendo que a base da interação é o conflito, e sua gramática é justamente a luta por reconhecimento, ou seja, a lógica de como se relacionam interação e conflito.

Honneth parte dos conflitos e suas configurações sociais para buscar suas lógicas, construindo então uma Teoria Social mais próxima das Ciências Humanas e suas práticas empíricas. Busca em Hegel os elementos de preocupação com o desenvolvimento do indivíduo como forma de aproximar “luta por reconhecimento”, da “gramática moral dos conflitos sociais”, ou seja, da compreensão da lógica dessa luta.

É a experiência do desrespeito social, do ataque à identidade pessoal ou coletiva que geram conflitos capazes de desencadear ações que objetivam restaurar as relações

de Reconhecimento, num nível evolutivo superior, trazendo em sua essência a forma moral que impulsiona os desenvolvimentos sociais.

O ponto de partida, é a reconstrução das experiências de desrespeito social em sua diversidade, para a busca de reconhecimento, o que passa pela esfera emotiva – que dá ao indivíduo sentimento de autoconfiança e busca de realização pessoal - pela esfera da estima social ou respeito solidário, pela esfera jurídico-moral em que a pessoa é reconhecida como autônoma e íntegra proporcionando auto-respeito.

Honneth aposta na luta pelo reconhecimento capaz de ganhar contornos de um conflito social quando articuladas as esferas da estima-social e jurídico-moral, por abarcarem elementos como privação de direitos, degradação de formas de vida, desrespeitos que na dimensão emotiva não teriam possibilidade de caracterizar conflito social.

São três as formas de reconhecimento, matriz do paradigma em questão: amor, direito e estima, que correspondem a outras três formas de desrespeito e cuja experiência pode desencadear o conflito social como motivação.

Inserida entre os direitos constitucionais, a educação ganha desde sua instituição enquanto espaço formal de ensino, status de formadora do indivíduo para viver em sociedade. A educação, antes restrita à nobreza e ao clero, com a Revolução burguesa, passa a representar, sob o lema *Educação Direito de Todos e Dever do estado Burguês*, direito constitucional.

De lá para cá, a negação do direito à educação caracteriza uma exclusão cujo potencial gera o conflito social, deflagrando os movimentos de lutas sociais daqueles que mesmo sem terem passado pelos bancos escolares, acumulam experiências significativas e dignas de um reconhecimento que traz na sua essência educação e cidadania.

Tomar o conceito de Educação na formação ampla do indivíduo, constituída das experiências de aprendizagens e produção/apropriação de conhecimentos, aproxima-nos do reconhecimento dos saberes práticos indispensáveis e potenciais de conhecimento subjetivo, ou seja, das formas como ele está organizado, quem tem e por que tem autoridade para transmiti-lo, constatando a existência de uma política oficial de conhecimento estabelecida nos currículos, ou seja:

*“...Uma política do conhecimento oficial...que exprime o conflito em torno daquilo que alguns vêem simplesmente como descrições neutras do*

*mundo e de outros, como concepções de elite que privilegiam determinados grupos e marginalizam outros”*. (APPLE, 2002:60)

Em posse do pensamento de Honneth, assumimos para nossa análise que, tomar o conceito de escolarização formal, legislada e pautada em currículo e conhecimento oficial, Parâmetros Curriculares Nacionais, por exemplo, como passaporte para a cidadania, afasta-nos das possibilidades de reconhecimento. Isto porque a padronização a partir do conhecimento oficial privilegia determinados valores e marginaliza outros.

### **Educação, cidadania: reconhecimento?**

A vinculação entre educação e participação política encontra-se historicamente presentes nas idéias da construção de um Estado republicano democrático, ratificando-se a premissa de que um regime político definido como do povo e para o povo, requer uma sólida formação educacional escolar capaz de desenvolver a formação política completa para todos os cidadãos. Este mesmo discurso se aplica à necessidade da educação para a liberdade e a cidadania, uma vez que ambas passam a fazer parte da fórmula capaz de equacionar o poder e as relações entre as classes sociais.

Na medida em que a sociedade se desenvolve e complexificam suas relações, a educação escolar tende a ajustar-se, ou seja, para cada contexto histórico-social, uma tendência educacional.

Relacionar Educação e Cidadania remete para a discussão dos movimentos sociais e educação, e os processos de mudanças operados pelas reformas em seus contextos políticos. Para Gohn (1992), esta relação dos movimentos sociais e educação tem um elemento de união que é a questão da cidadania.

A partir dos anos 90, o sistema educacional sob a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 participa das transformações aceleradas da sociedade do conhecimento configurada pelo desenvolvimento da indústria eletrônica e dos meios de comunicação, projetando uma nova exclusão com as exigências de domínio dos ferramentais tecnológicos que caracterizam a modernização dos processos produtivos e das telecomunicações.

O computador passa a ser uma ferramenta de trabalho e de comunicação exigindo aprendizagens específicas e portanto uma forma de inclusão própria. Se antes o analfabetismo das letras representava defasagem para uma integração social, depois, o

conhecimento e as habilidades para operar tecnologias representam uma necessidade quase nunca atendida pelo sistema educacional.

Tais reflexões geram e alimentam a polêmica instalada no meio educacional sobre os domínios e apropriação do conhecimento disperso na Internet, como caráter educativo, segundo o conceito de cidadania digital.

### **O Terceiro Setor e a educação a distancia, entre o proclamado e o factível.**

Dentre as ações apresentadas nos projetos sociais das Organizações Não Governamentais que atuam no Brasil, está a educação para complementação da escolaridade ou a reinserção no mercado de trabalho, sempre sob a tônica da cidadania e emancipação social pela autonomia econômica, ou seja, garantia de emprego.

O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e o surgimento de um ciberespaço constituído de plataformas e ambientes virtuais que alojam e disponibilizam informações, a Internet, abriu um novo canal de sociabilização cultural e informativa, de comércio e entretenimento (SOARES, 2003). Um *shopping center* virtual, cujas vitrines são os *sites* e as mercadorias ou produtos, os conteúdos neles expostos.

Tornou-se comum e até mesmo exigência da competição do mercado, a ocupação destes espaços virtuais para divulgação de seu negócio, sua marca, seu projeto. Tanto os órgãos públicos, federais, estaduais e municipais, como a iniciativa privada, encontram-se lado a lado neste ambiente. As diferenças entre eles são as tecnologias e sofisticações do designer, na arquitetura da *web*, dos recursos, da qualidade da comunicação e, sobretudo da facilidade de acesso pelos usuários desse sistema. A enorme exposição de atrativos neste universo, torna o tempo dedicado ao trânsito por ele, precioso e também dispersivo. A forma como o *site* se apresenta, a disposição de informações, a estética das imagens e qualidade dos sons e o objeto em si que carrega, deve saltar perceptível aos mais diversos tipos de olhares e graus de interesse nele e por ele.

O mesmo uso que se faz das páginas amarelas na consulta a listas telefônicas, se faz hoje na Internet, na busca de informações e serviços, abertura de contatos para comunicação e atendimentos, via *mail* (telegrama eletrônico) e outras ferramentas. Com isso, um novo sistema de marketing se desenvolve com estratégias plásticas e visuais,

motivando a concorrência deste novo meio de comunicação, sob outras formas de controle e regulamento, o que demanda aprendizagens para seu uso.

É neste espaço que realizamos nossa pesquisa, buscando na *WEB* o Terceiro Setor, seus serviços, objetivos, e ações que realiza para alcançá-los. A educação é a categoria central de nosso interesse na investigação.

Para facilitar os registros, utilizamos a *Cogitum Co-Citer*<sup>2</sup> uma ferramenta disponível na Internet que armazena os dados durante a busca para posterior análise.

### **Educação a distância: especificidades**

Com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação na rede Internet, a educação a distância ganhou novas perspectivas no que diz respeito à interatividade do aluno com os demais estudantes, com o professor e os conteúdos, através de ferramentas educacionais que permitem encontros virtuais *on line* para acesso a conteúdos, debates, atividades e reuniões de estudos, entre outros. Além disso, o próprio ambiente em que se dispõe o material de estudos, quando dinâmico, proporciona diferentes inserções a bancos de dados e bibliotecas virtuais para consulta e aprofundamentos. São os hipertextos, com infinitas vias de acesso e malhas que caracterizam a idéia de rede identificando o ciberespaço com seus nichos tecnológicos e comunicacionais, que se tornam pedagógicos a partir do uso que se faz dele.

A educação a distância utilizando a rede como ambiente de comunicação e interatividade, tornou-se uma modalidade de ensino que atende o público das mais diversas realidades e motivações justificadas: pela localização em regiões distantes dos centros onde há maior oferta de cursos; necessidades de atualização, para manter o posto de trabalho; facilidade de acesso a meios que favoreçam a continuidade da formação; impossibilidade de ausentar-se das funções profissionais para frequentar cursos convencionais; imposição do sistema onde atua no atendimento a normas de qualidade para certificação da empresa, ou instituição; pressão e exigências de requalificação profissional; interesse próprio pela formação continuada e atualização.

A oferta de cursos a distância é normatizada pelo Ministério de Educação e Cultura, MEC nos termos das Resoluções e Pareceres que orienta a política de educação

---

<sup>2</sup> A *Cogitum Co-Citer* possibilita ao pesquisador, armazenar todos os dados coletados na Internet, organizando-os quanto ao dia, mês, ano, dia da semana e hora que foi registrado, abrindo espaços para observações e primeiras impressões que o pesquisador emite no ato a coleta, para posterior análises e aprofundamentos.

nacional e o ensino a distância amparada pela Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Portaria n.º 301, de 7 de abril de 1998 (Ministério da Educação) que define normas para credenciamento de instituições para a oferta de cursos de graduação e educação profissional tecnológica a distância.

Não apenas o sistema educacional, mas também outras Instituições e Empresas oferecem cursos a distância para atender objetivos comerciais ou de caráter social. Os primeiros, geralmente buscam a divulgação de um software novo e sua inserção no mercado e na cultura de consumo. Os de caráter social, são os que nos interessam nesta pesquisa.

A educação a distância de caráter social, visa elevar a qualidade de vida e das relações das pessoas, na atual sociedade competitiva e de caráter transitório, em seus processos produtivos e de comunicação.

A abertura do espaço virtual para os mais variados interesses industriais e comerciais, ocupou-se também dos cursos a distância. Identificou-se na pesquisa estratégias de ações das indústrias de *software* para a testagem de novos produtos e geração de demanda para o seu consumo. Através da oferta de parcerias com as ONGs sob o atrativo da destinação gratuita do ferramental em questão e da regulamentação de laboratórios e equipamentos, incluindo treinamento para uso e aplicações, selam uma relação de serviços e divulgação do produto sob a marca da educação e inclusão social.

Embora esta pesquisa tenha contemplado a educação a distância voltada para a formação educacional, complementações da escolaridade, ou formação continuada, identificou casos em que a prática educativa era voltada para a formação continuada de professores da rede pública, e que traz no seu interior parcerias com empresa de software. É o caso, por exemplo, do I.Q.E., Instituto de Qualidade no Ensino, que desenvolve cursos a distância para professores do ensino fundamental e médio, em vários estados brasileiros, tendo como parceira a IBM e seu produto *E-learning Village* como plataforma tecnológica.

Nossa avaliação destas parcerias e interesses comerciais nelas guardados compreende uma averiguação dos benefícios de aprendizagem e novos conhecimentos que os professores possam ter com o contato com as tecnologias. Resta-nos ainda a reflexão sobre os desígnios da sociedade atual, em relação ao desenvolvimento das engenharias de softwares e a hegemonia da indústria estrangeira sobre o Brasil.

Se por um lado tecemos nossas críticas ao consumo de tecnologias importadas, em lugar de incentivos às pesquisas de tecnologias internas, nacionais, lembramos também das possibilidades da utilização de plataformas e ambientes de aprendizagens na rede, com produtos genuinamente nacionais, que talvez não sejam tão divulgados no meio educacional.

Destacamos o NIED, Núcleo de Informática Aplicada à Educação da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, SP, que desenvolve pesquisas de ferramentas tecnológicas e aplicações didáticas (VALENTE, 2002) geradoras do TelEduc, ambiente educacional que proporciona bases para ensino a distancia, interativo e passível de avaliações processuais da aprendizagem. Vide [nied@unicamp.br](mailto:nied@unicamp.br) ou <http://www.nied.unicamp.br>.

Outras Universidades Brasileiras investem em pesquisas de novos ambientes educacionais, livres do assédio do comércio internacional, representado por empresas multinacionais sediadas no Brasil, ou mesmo de nacionais que já utilizam a tecnologia e se prestam à sua disseminação em terras brasileiras.

### **Pesquisa: ferramenta, tempo, lugar : mobilidades da fonte**

Uma pesquisa que se desenvolve a partir dos cenários da Internet assume características próprias e requer organização metodológica para que a coleta e o registro dos dados sejam eficazes e confiáveis.

O fato deste universo se apresentar de forma hipertextual com alterações e mudanças inesperadas em seu banco de dados, atualizados freqüentemente pelos seus usuários, requer instrumentos que permitam não apenas coletar as informações, mas retornar a elas periodicamente a fim de confirmar dados e análises.

A delimitação do tempo em que ocorre a coleta de dados, como em qualquer pesquisa, torna-se ainda mais exigente neste caso, uma vez que a mobilidade do campo na disponibilização de informações foge ao controle do pesquisador. Além disso, o próprio campo pode desaparecer em alguns períodos para atualização de conteúdos, ficando o pesquisador impedido de novas inserções e acompanhamento.

Por outro lado, as atualizações dos dados nem sempre sofrem ajustes que favorecem o esclarecimento, como é o que se espera. No caso do Terceiro Setor, essa situação é ainda mais grave, pois quando a Instituição depende de voluntários para elaborar o *site* e gerenciá-lo, o tempo entre uma atualização e outra, coloca em risco a

informação. Ocorre também quando a Instituição para aproveitar a disposição do *web site*, e atender a necessidade de definir conteúdos para o mesmo, declara as ações previstas no seu projeto institucional, como já implementadas. Com isso encontramos muitos *sites* de ONGs cujas práticas de educação inclusiva, constavam ainda como projeto. Esse fato colocava em risco nossas afirmações acerca dos dados coletados, obrigando-nos, para assegurar a confiabilidade de nosso trabalho, a utilizar outros recursos de checagem, ou seja, o telefone e o contato pessoal.

Em maio de 2003, iniciamos a primeira etapa da investigação para a escolha da ferramenta que nos auxiliasse na organização dos dados coletados e armazenados para posterior análise, definição do campo e referências de acesso.

Numa primeira navegação identificamos 275 *sites* do Terceiro Setor, tendo por referência de acesso a eles as Associações:

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais;

ABED – Associação Brasileira de Educação a Distancia;

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura;

CDI – Comitê para Democratização da Informática;

GIPE \_ Grupo de Institutos, Fundações e Empresas<sup>3</sup>.

Deste universo, cerca de 27 instituições declararam trabalhar com educação a distancia. Ou seja, menos de 17% do universo visitado entre maio e julho de 2003, utilizavam a tecnologia computacional como forma de ensino. Neste universo desprezamos as que ofereciam cursos de informática, por suspeitarmos dos objetivos de comercialização de software maquiados pelos da inclusão.

### **O tempo de navegação, organização e checagem dos dados**

Em maio de 2003 iniciamos a primeira navegação identificando no Terceiro Setor as Instituições que declaravam praticar a educação como inclusão. Nesta etapa catalogamos 275 ONGs. Que classificamos em áreas, segundo a categorização da ABONG: Arte e Cultura, Assistência Social, Agricultura, Comunicação,

---

<sup>3</sup> O GIPE, é a primeira Associação da América do Sul a reunir organizações de origem privada que financiam ou executam projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público. Fundação Abrinq. Instituto Itaú Cultural, Instituto Mac Donald, Basf, Ericsson Telecomunicações, Instituto Ayrton Senna, Pão de Açúcar, C&A, XERX, Instituto Telemar, entre outros

Desenvolvimento da Economia, Discriminação Racial, DST, Educação e meio Ambiente.

Reorganizamos estas categorias nas áreas: Arte e Cultura, Assistência Social, Extras (Economia, Saúde, Comunicação, Política e Desenvolvimento), Religião (ONG's com vínculos religiosos) e Meio Ambiente (Agricultura). Todas as áreas trabalham de uma forma ou de outra com Educação. Como vemos a seguir:

Área	Trabalham com Educação	Desenvolvem Ensino a Distancia
Arte e Cultura	18	2
Educação	76	17
Extras	46	6
Religião	8	0
Meio Ambiente	14	2

Numa segunda navegação realizada de julho a setembro de 2003, e um universo delimitado em 27 Instituições que desenvolviam projetos educacionais a distancia, verificamos a complexidade causada pela mobilidade e desatualização dos dados que ameaçavam a investigação.

O desaparecimento de informações e até mesmo do *site* de Instituições presentes na nossa primeira navegação, e que apresentavam o conteúdo pertinente aos objetivos de nossa pesquisa e análises, dava-nos a sensação de fragilidade científica, levando-nos também a retirá-los do nosso universo de dados. Esta situação gerava uma inconstância nos conteúdos e na metodologia da pesquisa prejudicando o trabalho de coleta e análise.

Para evitar ao máximo as inconsistências e não descaracterizar os objetivos da pesquisa, tendo no universo do ciberespaço o campo, recorreremos além da ferramenta *Cogitum Co-Citer*, aos *sites* de busca, *Google* e *Alta Vista*. Ainda como complemento, e para checagem de dados, realizamos contatos telefônicos com coordenadores de escolas da rede pública e privada do Estado de São Paulo, e com diretores de ONGs, mantendo um fluxo de comunicação via *e-mail*.

No quadro a seguir apresentamos o resultado da segunda navegação e os dados organizados a partir das constatações e checagens.

Terceiro Setor – Ferramental de armazenamento de dados: *Cogitum Co-Citer*

Universo Pesquisado:

<i>Leg.</i>	<i>%</i>	<i>Descrição</i>
1	58,9	Declaram trabalhar com Educação
2	9,8	Declaram trabalhar com EAD
3	31,3	Declaram outras atividades

A pesquisa contou ainda com estudos desenvolvidos junto ao Grupo de Pesquisa de Tecnologias de Apoio ao Ensino da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, o GPqTAE, na iniciação científica de acadêmicas de graduação contribuindo com depoimentos sobre a problemática do Terceiro setor presente na rede Internet e a clareza e confiabilidade do que proclamam em nome da educação, realizada a distancia.

### **Primeiras análises**

A experiência dos acadêmicos ao exercitar a pesquisa de busca da palavra-chave “Educação e Terceiro Setor” na Internet, sob orientação dos objetivos da pesquisa, ratificou nossa leitura hipertextual que, num primeiro momento, trouxe dados de *sites* sobre educação ambiental e prestação de serviços à população.

Ao recortar dentre os serviços, Educação e Terceiro Setor, os que declaram realizar educação para a cidadania, verifica-se que poucos utilizam o ambiente virtual dentro de plataformas tecnológicas que permitam a interatividade e o acompanhamento da relação ensino e aprendizagem, ou da auto-aprendizagem através do ferramental disponível.

Verifica-se também que muitos *sites* vêm sendo usados somente como áreas para apresentação e divulgação das organizações. Quanto à educação, eles oferecem apenas sugestões de *links* interessantes, sob sua ótica, convites para eventos promovidos, cursos e seminários, geralmente pagos, e outras dicas que remetem o usuário a continuar sua busca ou navegar através das sugestões dadas, dependendo do seu objetivo.

Observa-se neste universo do Terceiro Setor que declara realizar educação pela Internet, uma carência de projetos voltados à educação *on-line*, em contraste com a diversidade das ofertas presentes também na rede, promovidas por empresas privadas, seja em forma de cursos pagos, enciclopédias ou de bibliotecas virtuais.

Os cursos a distância, quando oferecidos pelas ONGs, seguem os padrões antigos, adotando materiais como apostilas remetidas via Correios, utilizando a Internet apenas para envio de e-mails. Todos os recursos da Rede são ignorados, perdendo-se as vantagens da interatividade na educação a distância neste modelo, em relação ao tradicional.

## **Conclusões**

A pesquisa pôde verificar, no período entre março de 2003 e março de 2004, no espaço virtual da Internet, no Brasil, a presença do Terceiro Setor e o uso que ele faz das tecnologias de comunicação sociabilidade, no ciberespaço, para realizar seus objetivos de inclusão e promoção da cidadania.

Ao relacionar as idéias de Honneth sobre a luta por reconhecimento como ação que antecede a cidadania, às práticas do Terceiro Setor em seu ideal de inclusão e elevação da autonomia social, compreende-se como capazes de desenvolver habilidades, promovendo a auto-estima, a valorização da diversidade cultural e a emancipação integradora.

Considerando a sociedade informatizada, o analfabetismo digital surge como uma questão de exclusão das possibilidades e dispositivos de aprendizagens existentes no ciberespaço. Ao Terceiro Setor, na condição de quem dispõe dos recursos tecnológicos e busca fazer uso dele para ampliar suas ações em nome da inclusão social, resta definir a metodologia dessa aplicação para que se possa realizar, de fato, a autonomia e apropriação dos benefícios dos recursos pela população, cumprindo em parte, os ideais da luta por reconhecimento social.

Cabe ao Terceiro Setor ocupado das questões sociais, e não somente a ele, responder à exclusão, valendo-se da comunicação e sua sociabilidade na educação contextualizada na revolução digital. Não reproduzir modelos convencionais em novo formato, mas promover o percurso individualizado numa experiência pedagógica de saberes compatíveis com o mundo em movimento. Que o cidadão usuário dos recursos tecnológicos pelas práticas sociais possa estendê-los à sua profissão e também à vida pessoal, ampliando conquistas por reconhecimento.

Inclusão social na atual sociedade, implica em letramento digital, dando novas perspectivas à educação libertadora de Paulo Freire (1980). Uma das formas de opressão e dominação na sociedade informatizada se dá ao manter os indivíduos no

desconhecimento sobre os dispositivos que gerenciam a comunicação na vida cotidiana. Outra forma é reproduzir a dependência social e econômica caracterizada entre outras, pela falta de acesso e compreensão, do potencial das tecnologias e seus benefícios pessoais e comunitários.

A comunicação e educação quando beneficiadas pelas tecnologias e associadas aos objetivos da educação transformadora, torna-se uma alavanca para a inovação pedagógica, num abandono das práticas tradicionais onde o conhecimento fica restrito e guardado sob domínio das elites ou nas torres de marfim das academias. Na *web*, a comunicação está aberta, as informações estão postas para acesso com objetivo de produzir conhecimento, transmitir ideologias ou simples entretenimento. A criticidade sobre seu uso e sobre os mecanismos de dominação que revestem as ações e os objetivos de quem os usa, é uma tarefa para a educação emancipadora.

MORIN (2000) sobre os saberes necessários a educação do futuro destaca o conhecimento dinâmico e flexível do sujeito capaz de compreender o seu tempo, as mudanças e nelas os mecanismos de adaptação a novas atitudes.

Neste início de milênio identifica-se, sobretudo no meio educacional, uma geração adulta em processo de descoberta e aprendizagens sobre o potencial das modernas tecnologias, seu uso e aplicação. Esta geração intimidada com a complexidade técnica e as novas perspectivas que trazem ao cotidiano das relações sociais, políticas e econômicas, vê-se questionada na capacidade para mudar de atitudes e corresponder ao novo.

Vivemos ainda em grande parte, sob a pressão de tecnólogos e informáticos que detêm o domínio para além do simples uso da tecnologia, gerando no leigo uma situação de dependência que reduz o seu potencial de aprendizagem e aplicação bem sucedida. Soma-se a isto ainda, a euforia que atinge usuários fanáticos pelos modismos que tornam voláteis processos e produtos e que propagam valores questionáveis.

Uma geração do meio: entre o ciclo da inovação da informação e reflexão científica das transformações sociais, e a nave dos viajantes exploradores virtuais que se integram e interagem numa cibercultura (LEVY, 2000) distante das ficções científicas mais arrojadas do passado século XX.

Os dirigentes do Terceiro Setor no Brasil, quando brasileiros, na sua maioria pertencem a esta geração do meio, dado considerado em nossas análises.

A mera necessidade da presença na *web* declarando as ações sociais que realiza, num *site* construído com conteúdos quantitativos e informações defasadas torna o uso

desde ambiente, no mínimo irresponsável. Por outro lado, estar fora da *web* pode-se dizer, que é estar fora da mídia mais eficiente e veloz na atual sociedade capitalista informatizada.

No caso do Terceiro Setor a questão está nos equívocos entre as ações propagadas e as realizadas. Os motivos declarados são vários: - *Era nossa intenção mas faltou verba - perdemos o responsável pela administração do site e ficou defasado - é assim que sabemos fazer - faltam voluntários para que a ação se concretize - estamos aprendendo.* Entre outras que já foram exploradas neste capítulo.

As conseqüências das ações proclamadas e não factíveis pelo Terceiro Setor, colocam em risco a confiabilidade da pesquisa na Internet, reduzindo a importância da fonte digital, fragilizando o potencial da tecnologia de informação e comunicação, no desenvolvimento e atualização de bancos de dados relevantes para as Ciências Sociais e a Educação.

### **Referências Bibliográficas**

ALAVA, & Colaboradores, *Ciberespaço e Formações Abertas. Rumo a Novas Práticas Educacionais?* Artmed, Porto Alegre, 2002.

APPLE, M. *A Política do Conhecimento Oficial: faz sentido a idéia de um currículo nacional?* In: MOREIRA e SILVA, Org. *Currículo, Cultura e Sociedade.* Cortez, São Paulo, 2002.

CHAVES, E.O.C. *Tecnologia e Educação: O futuro da escola na sociedade da informação,* Campinas, SP, Ed. Midware, 1998.

FREIRE, P. *Educação como Prática da Liberdade,* São Paulo, Paz e Terra, 1980.

GOHM, M.G. *Movimentos Sociais e Educação.* São Paulo, Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_ *Educação Não-Formal e Cultura Política,* Ed. Cortez, São Paulo, 1999

\_\_\_\_\_ *Mídia Terceiro Setor e MST, Impactos sobre o futuro das cidades e do campo.* Ed. Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2000.

HONNETH, A. Luta por Reconhecimento, A gramática moral dos conflitos sociais, Editora 34, São Paulo, 2003.

LÈVY, P. *Cibercultura*. São Paulo. Editora 34, 2000.

LDB, *Leis Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Ministério de Educação e Cultura, 1996.

MORAES, M.C. *O paradigma educacional emergente* Editora Papirus, Campinas, SP, 2001.

MORIN, E. *Saberes necessários a educação do futuro*. Cortez, São Paulo, 2000.

SOARES, S.G. *Educação e Integração Social*. Campinas, Alínea, 2003.

VALENTE, J.A. (Org.) *o Computador na Sociedade do Conhecimento*. NIED, Núcleo de Informática Aplicada à Educação, UNICAMP, 2002.

VALENTE, J.e Prado, E. *A educação a distância possibilitando a formação do Professor com base no ciclo da prática pedagógica*. In: MORAES, M.C. *Educação a Distância Fundamentos e Práticas*. OEA, SEED/MEC, UNICAMP, Campinas, SP. 2002.

Sites mencionados no Artigo:

[nied@unicamp.br](mailto:nied@unicamp.br)

<http://www.nied.unicamp.br>.